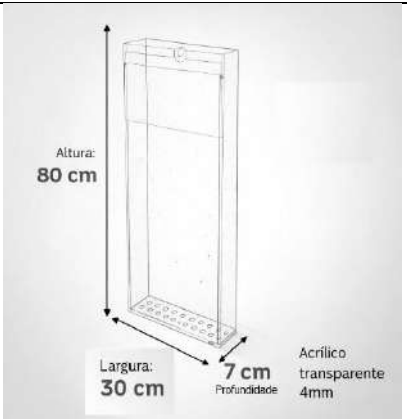


DFD – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

DADOS DO SETOR REQUISITANTE	
Campus	I - Mineiros
Setor Requiritante	Curso de Agronomia
Servidor responsável pela Demanda	Diego Oliveira Ribeiro
Telefone	(64) 3672-5129
E-mail	diego@unifimes.edu.br

DADOS DO SERVIÇO	
Tipo do Item:	Material de Consumo ou Prestação de Serviço
1. Descrição sucinta da solicitação: Aquisição de 32 unidades do equipamento denominado Rizotron, destinado à avaliação do sistema radicular de diferentes espécies vegetais.	
2. Necessidade da contratação: Viabilizar a realização de aulas práticas e qualificar as pesquisas desenvolvidas no curso de Agronomia da UNIFIMES. Inicialmente, os equipamentos serão aplicados em experimentos sobre o desenvolvimento inicial do baruzeiro (<i>Dipteryx alata</i>), espécie nativa do Cerrado.	
3. Resultados Pretendidos - Proporcionar maior robustez metodológica aos experimentos. - Fundamentar a produção de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). - Obter dados consistentes para publicações científicas em periódicos de alto impacto. - Otimizar o uso de recursos através do compartilhamento do equipamento entre diferentes docentes e projetos.	
4. Estimativa das quantidades com a memória de cálculo (se for o caso):	

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	Imagem ilustrativa
1	32	Serviço/Unidade	Rizotron – Caixa de acrílico 4mm transparente nas dimensões 80cm x 30cm x 7cm. Frente móvel (tipo guilhotina).	

5. Requisitos Necessários para a Contratação

Atender aos requisitos do termo de referência; fabricar ou revender o objeto em questão.

6. Providências a serem adotadas pela administração previamente à contratação:

Verificar se o fornecedor cumpre as exigências impostas pela legislação vigente.

7. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento:

Os impactos ambientais são de responsabilidades do fabricante do objeto. Sendo a IES responsável apenas no descarte adequado no final de sua vida útil por se tratar de material de possível reciclagem.

Assumo que os colaboradores designados como membro da equipe de planejamento e responsável pela fiscalização ficarão à disposição para dirimir eventuais dúvidas sobre esta requisição, bem como para acompanhar todo o procedimento de contratação, e que as informações aqui contidas servirão para elaboração dos estudos técnicos preliminares e o gerenciamento de riscos para contratação dos serviços discriminados neste documento.

Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos na justificativa da contratação do presente documento.

Mineiros, 25 de março de 2026.

assinado digitalmente

Diego Oliveira Ribeiro

Professor do Curso de Agronomia



ATENÇÃO: Este Log é exclusivo ao documento número **#77kgYpDMQFmKZ44-ccAhnzPiGvizr85** e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

A autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://app.okdocs.com.br/verificador>
Assinatura com validade jurídica nos termos da Lei 14.063/20 e MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

DOCUMENTO



Escaneie para validar

Informações do Documento

NOME: DFD - Rizotron

ID ÚNICA: #77kgYpDMQFmKZ44-ccAhnzPiGvizr85

Hash SHA256:

868328925e4c6e48ce7c11d9c826617dbf4e1df3c29295705c40fe9a2660c3a1

Verificação:

<https://app.okdocs.com.br/verificador/#77kgYpDMQFmKZ44-ccAhnzPiGvizr85>

Este documento possui certificação digital e pode ser validado através do QR Code ou link acima

DATA E HORA:

Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil, sendo este Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON).

Certificado de assinatura gerado em **31/03/2026 - 09:25:05 (GMT -3:00)** (GMT -3:00)

TOTAL DE 1 ASSINATURAS, SENDO:

ASSINANTE

1. DIEGO OLIVEIRA RIBEIRO (Emitente)

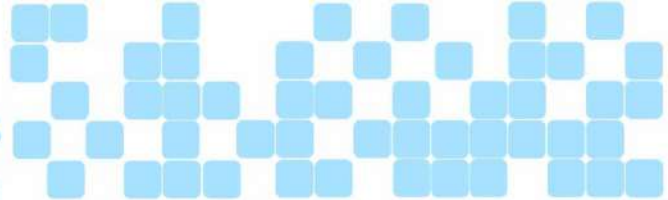
ASSINOU EM

31/03/2026 - 09:25:05 (GMT -3:00)

HISTÓRICO COMPLETO:

Data e Hora	Evento
30/03/2026 - 17:23:03 (GMT -3:00)	FLÁVIO MARQUES PASSOS solicitou as assinaturas.
31/03/2026 - 09:25:05 (GMT -3:00)	DIEGO OLIVEIRA RIBEIRO assinou no papel de Emitente, autenticando-se pelo número whatsapp 64999946455 , Coordenadas GPS: -17.542339374999997, -52.548078999999994 e utilizando o IP 170.81.93.183





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade da contratação consiste na confecção de 32 unidades do equipamento denominado Rizotron, destinado à avaliação do sistema radicular de diferentes espécies vegetais, com a finalidade de viabilizar aulas práticas e qualificar as pesquisas desenvolvidas no Curso de Agronomia da UNIFIMES. Os equipamentos serão utilizados, inicialmente, em experimentos sobre o desenvolvimento inicial do baruzeiro (*Dipteryx alata*), espécie nativa do Cerrado.

A contratação se justifica porque o equipamento permitirá maior robustez metodológica aos experimentos, dará suporte à produção de Trabalhos de Conclusão de Curso e favorecerá a obtenção de dados consistentes para publicações científicas, além de otimizar recursos institucionais mediante compartilhamento entre docentes e projetos do curso de agronomia.

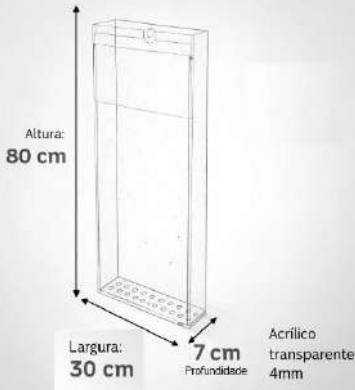
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução pretendida consiste na confecção de 32 unidades de RIZOTRON, novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, fabricados em acrílico transparente de 4 mm, nas dimensões aproximadas de 80 cm x 30 cm x 7 cm, contendo painel frontal móvel tipo guilhotina, preservando integralmente a finalidade didática e experimental do objeto.

A futura contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como capacidade para fabricar o objeto com fornecimento de material

necessário, atendendo às especificações mínimas do Termo de Referência. O fornecimento deverá ocorrer no Campus I – Mineiros/GO, em local indicado pela Administração.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	QTD	UNID	PRODUTO	DESCRIÇÃO	Imagem ilustrativa
1	1	Serviço	CONFEÇÃO DE 32 UNIDADES DE CAIXAS EM ACRÍLICO - RIZOTRON	SERVIÇO DE CONFECAO DE CAIXAS EM ACRÍLICO DE 4MM TRANSPARENTE COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS. DIMENSÕES 80CM X 30CM X 7CM. FRENTE MÓVEL (TIPO GUILHOTINA)	

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de valor de mercado foi pesquisado junto a obtenção de orçamentos de fornecedores do seguimento, realizado entre as formas previstas no artigo 23, parágrafo § 1º da Lei nº 14.133/2021, adotando as seguintes formas de pesquisa: PNCP, contratações similares, fornecedores, sites especializados, etc. (vide justificativa de falta de orçamento, anexo desse processo).

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Valor global da contratação após pesquisa de mercado R\$ 12.816,56 (doze mil oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos), perfazendo um total médio de R\$ 400,5175 por unidade.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução mais adequada consiste na aquisição de 32 unidades de RIZOTRON com especificações padronizadas, aptas ao uso acadêmico e científico, de forma a atender

simultaneamente às necessidades de ensino, pesquisa e produção científica do Curso de Agronomia. A padronização do objeto favorece comparabilidade experimental, racionalidade logística e uniformidade no uso pelos diversos projetos institucionais.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não se recomenda o parcelamento do objeto em itens distintos, pois se trata de bem padronizado, de mesma natureza e especificação técnica uniforme, sendo mais vantajosa a contratação em item único com quantitativo total, de modo a preservar a economicidade, facilitar a gestão contratual e assegurar homogeneidade entre as unidades adquiridas.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, pretende-se ampliar a capacidade de realização de aulas práticas, fortalecer metodologicamente os experimentos científicos, subsidiar TCCs, gerar dados aptos à produção científica qualificada e otimizar o uso institucional dos equipamentos por meio de compartilhamento entre docentes e projetos.

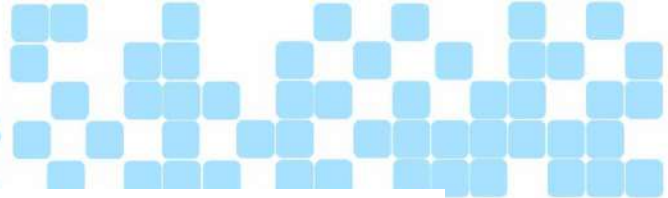
10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Todas as providências a serem adotadas no presente processo já se encontram mapeadas e especificadas nos documentos norteadores do órgão, sua previsão consta no Projeto Básico, e a adoção consolidada pela equipe, de forma que não se aplica o preenchimento deste campo. Quanto à Qualificação dos gestores, o órgão deve fornecer cursos de gestão e fiscalização de contratos para possibilitar uma gestão eficaz e consequentemente uma melhor execução do serviço deste objeto, ou designar pessoal já capacitado à realização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não verificou-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação da demanda.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS



Por se tratar de equipamento confeccionado em acrílico, os impactos ambientais relacionados à fabricação são atribuíveis à cadeia produtiva do fornecedor, cabendo à Administração, ao final da vida útil do bem, promover descarte ambientalmente adequado e, quando possível, destinação para reciclagem do material. Recomenda-se que o TR preveja a obrigação de fornecimento de produto novo, durável, com materiais adequados ao uso proposto e observância da legislação ambiental pertinente

Após consulta ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, da CGU/AGU, foi verificado que os critérios de sustentabilidade ambiental aplicáveis na pretendida contratação devem ser inseridos nas “Obrigações da Contratada”. O referido Guia menciona em suas páginas 62 a 68 que as seguintes providências:

“A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
 - Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a área de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

- Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n°s 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, considerando a necessidade administrativa demonstrada, a utilidade acadêmica e científica do objeto, a definição do quantitativo e a existência de solução disponível no mercado, conclui-se pela viabilidade da contratação.

13. RESPONSÁVEIS

Mineiros, Goiás 07 de agosto de 2026.

assinado digitalmente

Rogério Machado Pereira
Coordenador do Curso de Agronomia
UNIFIMES



ATENÇÃO: Este Log é exclusivo ao documento número **#e2eDbPQ9VhPQiSI-AqWbiUXfq4s0bu8** e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

A autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://app.okdocs.com.br/verificador>
Assinatura com validade jurídica nos termos da Lei 14.063/20 e MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

DOCUMENTO



Escaneie para validar

Informações do Documento

NOME: ETP - Rizotron

ID ÚNICA: #e2eDbPQ9VhPQiSI-AqWbiUXfq4s0bu8

Hash SHA256:

7881b666f42ac6988cc0ed9f0434a44741e6b9f3f4ab461ab5a196af1dc36aba

Verificação:

<https://app.okdocs.com.br/verificador/#e2eDbPQ9VhPQiSI-AqWbiUXfq4s0bu8>

Este documento possui certificação digital e pode ser validado através do QR Code ou link acima

DATA E HORA:

Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil, sendo este Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON).

Certificado de assinatura gerado em **07/08/2026 - 10:11:48 (GMT -3:00)** (GMT -3:00)

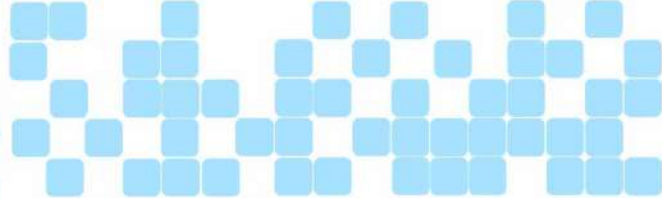
TOTAL DE 1 ASSINATURAS, SENDO:

ASSINANTE	ASSINOU EM
1. ROGERIO MACHADO PEREIRA (Emitente)	07/08/2026 - 10:11:48 (GMT -3:00)

HISTÓRICO COMPLETO:

Data e Hora	Evento
07/08/2026 - 09:43:31 (GMT -3:00)	COMPRAS UNIFIMES solicitou as assinaturas.
07/08/2026 - 10:11:48 (GMT -3:00)	ROGERIO MACHADO PEREIRA assinou no papel de Emitente, autenticando-se pelo número whatsapp 64999611165 , Coordenadas GPS: -17.55197045072693, -52.55094812084272 e utilizando o IP 200.137.224.254





TERMO DE REFERÊNCIA

Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Processo nº 2026023213

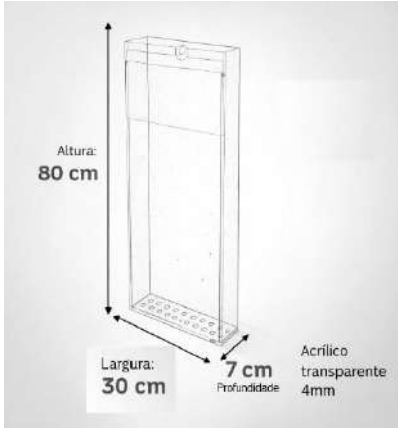
1. OBJETO

- 1.1. O presente termo tem por objeto a contratação de empresa para confecção de equipamento denominado Rizotron, confeccionado em acrílico transparente de 4 mm, nas dimensões aproximadas de 80 cm x 30 cm x 7 cm, com frente móvel tipo guilhotina, destinado à avaliação do sistema radicular de diferentes espécies vegetais, para atendimento das necessidades do Curso de Agronomia atendendo da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior – FIMES, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. O(s) serviço (s) objeto desta contratação é (são) caracterizado(s) **como comum(ns)** e decorrente(s) de necessidades permanentes ou prologadas para manutenção da atividade administrativa do órgão, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (quando aplicado).
- 1.4. **Prazo do contrato:** O prazo de vigência da contratação é de 6 meses contados **do recebimento da autorização de serviço/fornecimento**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO, ESPECIFICAÇÕES, DETALHAMENTO E ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO

- 2.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO, nos termos

da planilha discriminatória abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTD	UNID	PRODUTO	DESCRIÇÃO	Imagem ilustrativa
1	1	Serviço	CONFEÇÃO DE 32 UNIDADES DE CAIXAS EM ACRÍLICO - RIZOTRON	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE CAIXAS EM ACRÍLICO DE 4MM TRANSPARENTE COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS. DIMENSÕES 80CM X 30CM X 7CM. FRENTE MÓVEL (TIPO GUILHOTINA)	
			Valor médio Unit. R\$ 400,5175	Valor médio Global R\$ 12.816,56	

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 12.816,56** (doze mil oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos).

2.2. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação fundamenta-se no artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

3.2. **Justificativa da contratação:** Justifica-se esta contratação em razão da necessidade de viabilizar aulas práticas e pesquisas do Curso de Agronomia, especialmente estudos envolvendo desenvolvimento radicular de espécies vegetais, com destaque inicial para o baruzeiro (*Dipteryx alata*), além de dar suporte à produção de TCCs e à obtenção de dados científicos qualificados.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução mais adequada consiste na confecção/aquisição de 32 unidades de RIZOTRON com especificações padronizadas, aptas ao uso acadêmico e

científico, de forma a atender simultaneamente às necessidades de ensino, pesquisa e produção científica do Curso de Agronomia. A padronização do objeto favorece comparabilidade experimental, racionalidade logística e uniformidade no uso pelos diversos projetos institucionais.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens deverão ser novos, sem uso, entregues em perfeitas condições, sem trincas, deformações ou falhas de acabamento, e compatíveis com a especificação mínima do objeto. O fornecedor deverá apresentar documentação de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista exigível na forma da lei e do edital/aviso. TR modelo Lei 14.133/2021.

Não haverá exigência de amostra, salvo se a área técnica entender necessário, hipótese em que isso deverá constar expressamente no instrumento convocatório.

Carta de solidariedade do fabricante: não se aplica, salvo justificativa técnica específica.

Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação: Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.1. Vistoria: Em caso de prestação de serviços, é facultado e recomendável a realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais;

1.6.1 A não realização da visita não admitirá à CONTRATADA qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta contratação;

1.6.2 A vistoria deverá ser agendada pelo e-mail compras@unifimes.edu.br, pelo telefone (64) 3672-5137, e ser realizada das 14:00h às 17:00h.

1.6.3 Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos

trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

6.1.1. O serviço será executado de uma única vez.

6.1.2. O prazo de prestação dos serviços deverá ser definido nos termos da Ordem de Serviço ou Fornecimento, emitidos após a formalização da contratação;

6.1.3. Os serviços deverão ser executados OU Os materiais serão entregues no(s) endereço(s) abaixo:

a) Endereço da empresa prestadora/fornecedora do objeto dessa dispensa.

6.1.4. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para atender todas as condições deste instrumento.

6.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

6.2.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.2.2. Validade do produto não poderá ser menor que 6 (seis) meses.

7. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

- 7.11.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 7.12.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.13.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 7.14.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 7.15.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 7.16.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 7.17.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser

conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.20. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

7.21. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento

8.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 dias úteis.

8.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver

necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, obedecida a ordem cronológica de pagamentos.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

10. HABILITAÇÃO

10.1. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

10.2.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

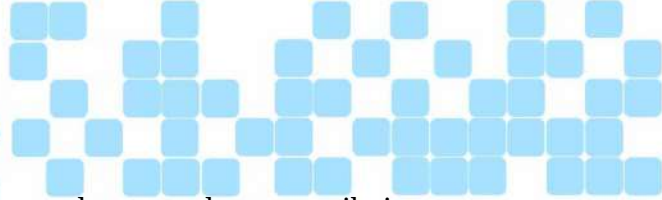
10.2.2. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.2.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.2.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



10.2.7. prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.8. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.4. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência

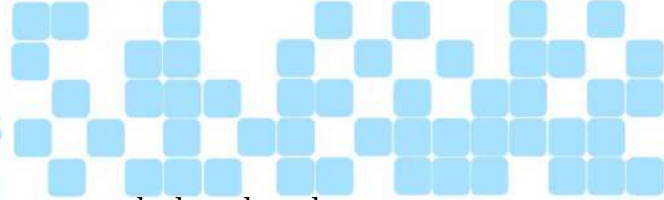
10.5. Habilitação jurídica:

10.5.1. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5.2. para empresa individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.5.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta



Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 10.5.5.** Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 10.5.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.5.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.5.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 10.5.9.** Sociedade comercial: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e as alterações subsequentes, devidamente registrados na Junta Comercial competente;
- 10.5.10.** Sociedade por ações: inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes, que deverão vir acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores em exercício;
- 10.5.11.** Sociedade civil: inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 10.5.12.** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.5.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.7. Qualificação Técnica.

10.7.1. Não será exigida apresentação de atestado de capacidade técnica-operacional, conforme previsão do Termo de Referência.

10.7.2. A não exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica-operacional não exclui o direito da FIMES/UNIFIMES realizar diligências para quaisquer esclarecimentos.

10.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

10.9. à sua desclassificação.

10.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

10.11. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

10.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

10.13. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.14. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

10.15. O descumprimento dos itens acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.16. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

10.17. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.18. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.19. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

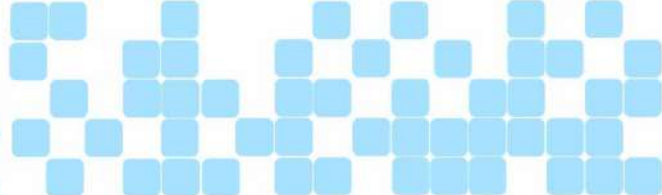
11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos da FUNDAÇÃO INTEGRADA MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 08 – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

II) Fonte de Recursos: 113 – Recursos Educacionais;



III) Programa de Trabalho: 108.19.12 - Manutenção Da Unidade Básica Biociências-

CAG;

IV) Elemento de Despesa: Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Mineiros, GO, 07 de agosto de 2026.

Elaborado por:

assinado digitalmente

Diego Oliveira Ribeiro
Professor - Curso de Agronomia
UNIFIMES





ATENÇÃO: Este Log é exclusivo ao documento número **#2V98pHmPDV7Sa00-w9VX7RnKU6HYWUI** e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

A autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://app.okdocs.com.br/verificador>
Assinatura com validade jurídica nos termos da Lei 14.063/20 e MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

DOCUMENTO



Escaneie para validar

Informações do Documento

NOME: TERMO DE REFERENCIA - Rizotron

ID ÚNICA: #2V98pHmPDV7Sa00-w9VX7RnKU6HYWUI

Hash SHA256:

40ceaacc806474df6326c4431c847dfa51e23a665b456ce1c74d55078d4179da

Verificação:

<https://app.okdocs.com.br/verificador/#2V98pHmPDV7Sa00-w9VX7RnKU6HYWUI>

Este documento possui certificação digital e pode ser validado através do QR Code ou link acima

DATA E HORA:

Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil, sendo este Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON).

Certificado de assinatura gerado em **07/08/2026 - 13:32:59 (GMT -3:00)** (GMT -3:00)

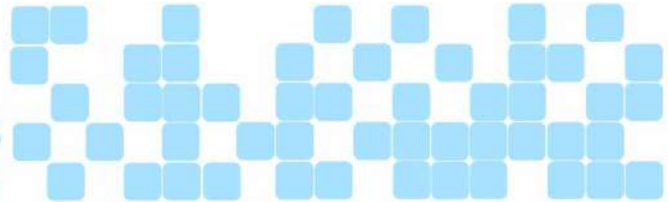
TOTAL DE 1 ASSINATURAS, SENDO:

ASSINANTE	ASSINOU EM
1. DIEGO OLIVEIRA RIBEIRO (Emitente)	07/08/2026 - 13:32:59 (GMT -3:00)

HISTÓRICO COMPLETO:

Data e Hora	Evento
07/08/2026 - 10:32:26 (GMT -3:00)	COMPRAS UNIFIMES solicitou as assinaturas.
07/08/2026 - 13:32:59 (GMT -3:00)	DIEGO OLIVEIRA RIBEIRO assinou no papel de Emitente, autenticando-se pelo número whatsapp 64999946455 , Coordenadas GPS: -17.5405, -52.5378 e utilizando o IP 170.81.93.241





AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2026023213
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE COMPRA DIRETA

A Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior – FIMES, por meio do Departamento de Compras, torna público aos interessados que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento de menor preço por lote ofertado, na hipótese do art. 75, inciso II, §3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e, estará recebendo, por e-mail, entre os dias **10/08/2026** e **13/08/2026** a cotação de preços, para a contratação de para confecção de equipamento denominado Rizotron, confeccionado em acrílico transparente de 4mm, nas dimensões aproximadas de 80 cm x 30 cm x 7 cm, **conforme especificações do Termo de Referência.**

O Termo de Referência encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico unifimes.edu.br no campo [Dispensa](#).

1. OBJETO:

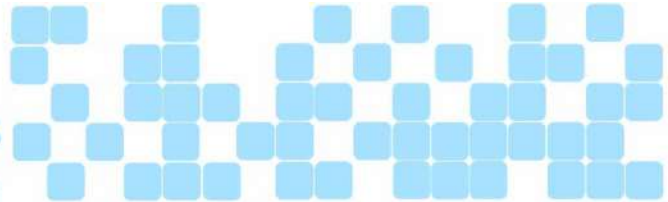
1.1. A dispensa em epígrafe tem como objeto contratação de empresa para prestação de serviço com fornecimento de materiais necessários na manutenção de armários e troca no sistema de abertura de portas, atendendo as necessidades da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior – Fimes.

Obs. *Qualquer proposta enviada/recebida fora do prazo estipulado não será considerada apta a participar desse certame.*

2. ENTREGA DA PROPOSTA:

2.1. A proposta deve ser encaminhada para o seguinte e-mail propostas@unifimes.edu.br, no prazo das 07h do dia **10/08/2026** até o dia **13/08/2026**, às 07h da manhã. (3 dias de prazo).

2.3. A proposta deverá indicar valor por item, valor total, timbre da empresa interessada e marca do objeto, conforme modelo abaixo:



ITEM	QTD	UNID	PRODUTO/DESCRIÇÃO	Valor	
				R\$ unitário	R\$ global
1	1	Serviço	CONFEÇÃO DE 32 UNIDADES DE CAIXAS EM ACRÍLICO – RIZOTRON Serviço de Confecção de Caixas Em Acrílico de 4mm transparente Com Fornecimento de Materiais Necessários. DIMENSÕES 80CM X 30CM X 7CM. frente móvel (tipo guilhotina)	R\$ 400,5175	R\$ 12.816,56

2.4. A proposta deverá ser entregue acompanhada da documentação abaixo:

- Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Contrato Social
- Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal;
- Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal;
- Certidão de Regularidade relativa à Justiça do Trabalho (Trabalhista);
- Certidão de Regularidade relativa ao FGTS.
- Certidão Negativa Correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)
- As certidões com as fazendas municipal, estadual e federal são referentes ao domicilio ou sede da empresa do proponente.
- Declaração de Não Utilização de Mão de Obra Infantil.

2.5. Em caso de empate entre propostas recebidas, as empresas serão comunicadas a fim de realizar negociação e apresentar nova proposta realinhada.

2.6. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo departamento de cotações no endereço eletrônico **compras@unifimes.edu.br**.

3. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

3.1. A empresa que apresentar proposta com menor valor e nos moldes solicitados neste termo, será convocada a venda dos materiais.

3.2. A empresa convocada deverá manter as condições de habilitação e atender as condições de entrega do objeto junto à UNIFIMES.

3.3. Não será feita contratação acima do valor estimado, que é de **R\$ 12.816,56**, conforme demonstrado no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

Mineiros, Goiás 07/08/2026

Ass. Digitalmente:
FLAVIO MARQUES PASSOS
07/08/2026 13:41:06 -0300

Flávio Marques Passos
Agente de Contratação Dispensa/Inexigibilidade
Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior – FIMES